



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR – CIRM
GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-Gerco)-
50ª Sessão Ordinária
Brasília

Brasília - DF, 05 de novembro de 2014 - Horário: 10h00 às 12h30/14h30 às 18h00

RELATÓRIO DA SESSÃO COMEMORATIVA	
Coordenação da Sessão Comemorativa	Adalberto Eberhard (DZT/MMA)
	CMG Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM/MB)
Redator do Relatório da Sessão Comemorativa	Adelias Freires Bastos (DZT/MMA)

1. PROGRAMAÇÃO DA SESSÃO COMEMORATIVA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO DO GI-Gerco

Em novembro de 2014 ocorreu a Jornada de Gerenciamento Costeiro e Planejamento Espacial Marinho organizada pelo Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente com assuntos variados relacionados com a gestão da Zona Costeira e Marinha brasileira, com base no intercâmbio de experiências nacionais e internacionais.

Como ponto central da Jornada de Gerenciamento Costeiro e Planejamento Espacial Marinho o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco) realizou uma sessão comemorativa pela quinquagésima sessão ordinária do grupo.

A sessão comemorativa teve o objetivo de promover uma reflexão sobre a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e principalmente apontar caminhos a seguir e desafios a superar.

Segue a programação da sessão comemorativa do GI-Gerco.

PROGRAMAÇÃO – SESSÃO COMEMORATIVA – 50ª Sessão

1. 09:30 – Credenciamento dos participantes

2. 10:00 – Mesa de Abertura

- 2.1. Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira Ministra de Estado do Meio Ambiente.
- 2.2. Almirante Julio Soares De Moura Neto Comandante da Marinha;
- 2.3. Senhora Sandra Cureau Subprocuradora-Geral da República Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Procuradoria Geral da República;
- 2.4. Senhor Frederico Pereira Brandini Diretor do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo
- 2.5. Senhor Miguel Gellet Krigsner Presidente do Conselho Curador da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

3. 11:00 – Palestras sobre Gerenciamento Costeiro

- 3.1. Ciência e Gestão Costeira: Um diálogo entre geração e aplicação do conhecimento - Professor Alexander Turra
- 3.2. [Programa de apoio a projetos de conservação da natureza da Fundação Grupo Boticário para Proteção à Natureza – Conselheiro Ariel Sheffer da Silva](#)

14:30 – Palestras sobre Gerenciamento Costeiro (Continuação)

- 3.3. [Inteligência Territorial e o Gerenciamento Costeiro \(Professor Dr. Claudio Egler – UFRJ\)](#)
- 3.4. [Gerenciamento Costeiro: Avanços e Desafios na construção de uma Política Pública para a Zona Costeira \(Senhor Martinus Filet – Agencia Costeira\)](#)

4. NOTÍCIAS/INFORMES

- 4.1. Boas vindas aos novos representantes (Confederações, SAE, MRE, MT, ICMBio)
- 4.2. GT Gestão de Riscos e Obras Costeiras – andamento
- 4.3. Plano de Ação Federal da Zona Costeira (2015-2016)

5. 17:00 ENCERRAMENTO

- 5.1. Indicação de matérias para o próximo InfoCIRM

2. MESA DE ABERTURA DA SESSÃO COMEMORATIVA

O Cerimonial iniciou o evento as 9:30 horas dando as boas vindas e informando sobre o escopo da jornada e o objetivo da sessão comemorativa.

Registrou os agradecimentos ao apoio do ICMBio e ao patrocínio do Fundo Vale e da Unesco, ao evento

2.1. Mesa de Abertura

Em continuidade o Cerimonial fez as apresentações das autoridades para comporem a Mesa de Honra da Solenidade, e convidou :

- Representando a Senhora Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente, o Senhor Ney Maranhão – Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA;
- Representando o Almirante Julio Soares de Moura Neto Comandante da Marinha o Vice Almirante Paulo Mauricio Farias Alves – Comandante do 7º Distrito Naval – MB;
- Representando a Senhora Sandra Cureau Subprocuradora-Geral da República Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Procuradoria Geral da República a Senhora Procuradora Gisele Elias de Lima Porto Leite – Procuradora Regional da República da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – Procuradoria Geral da República;
- Representando o Senhor Frederico Pereira Brandini, Presidente do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP), o professor Alexander Turra do IOUSP;
- Representando o Senhor Miguel Gellet Krigsner, Presidente da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, o Conselheiro Ariel Scheffer da Silva – Membro do Conselho Curador da Fundação Grupo Boticário.

Palavra do representante do Presidente da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Conselheiro ARIEL SCHEFFER DA SILVA

Após saudações a mesa e aos participantes, agradeceu o convite endereçado ao Senhor MIGUEL GELLERT KRIGSNER presidente da Fundação Boticário e do Conselho do Grupo Boticário, que está representando.

Destacou a importância de estar representando a **Fundação Grupo Boticário** que investe desde 1990 na conservação da natureza incluindo os ambientes marinhos e costeiros e a oportunidade de voltar para sua origem, que é o gerenciamento costeiro onde trabalhou durante o seu mestrado e doutorado, declarou que além de ser importante para todos é importante para ele pela oportunidade do retorno ao grupo do Gerco.

Finalizou com um muito obrigado a todos.

Palavra do representante do Diretor do Instituto Oceanográfico da USP (IOUSP)

Professor ALEXANDER TURRA do IOUSP

Após saudações a mesa e aos participantes, agradeceu o convite endereçado ao Diretor do IOUSP o Professor FREDERICO PEREIRA BRANDINE, que está representando e assinalou que gostaria de falar também como representante da Academia via Comitê Executivo para a Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar (PPGMar).

Por considerar importante registrou que em visitas a outros países ao compartilhar sobre a implementação da gestão costeira no Brasil e destacar o papel do GI-Gerco como espaço multidisciplinar de articulação, institucionalizado pelo governo, os interlocutores entendem o espaço como uma forma muito positiva do governo conduzir a gestão.

Assinalou que a quinquagésima reunião traz implicitamente um significado importante que é “a longevidade da discussão da zona costeira e, a despeito dos altos e baixos do PNGC nesses 25 anos, entende-se que o processo é muito rico”.

Destacou, a despeito de entender que há muitos pontos a melhorar no PNGC, que existe uma base sólida para se construir novas proposições e o fórum GI-Gerco é fundamental “para aprimorarmos a forma como se gerencia a costa brasileira”.

Mencionou o processo regular de avaliação da qualidade dos oceanos, que ocorre no âmbito da CIRM, como parte do processo mundial ligado a ONU, e assinalou que ao conduzir este processo, fica evidente a falta de informação (dados) sobre as tendências e o que está ocorrendo nas regiões costeiras e nos oceanos no mundo. Indagou se as ações de gestão estão sendo efetivas e apontou que a discussão é premente.

Apontou que a relação da ciência com a gestão é crucial para aprofundar e qualificar as ações de gestão no Brasil e finalizou com um muito obrigado a todos.

Palavra da Representante da Subprocuradora-Geral da República Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Procuradora GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE, Procuradora Regional da República

Após saudações a mesa e aos participantes, agradeceu o convite endereçada a Senhora SANDRA CUREAU Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, que está representando.

Destacou a importância das interlocuções oportunizadas pelo Gi-Gerco e a ampliação da visão das questões ambientais e assinalou que trabalha para mudar a percepção do MPF como repressor somente, mas que vejam o MPF como um parceiro das instituições envolvidos no gerenciamento costeiro de forma integrada.

Destacou o empenho em se institucionalizar a participação do MPF no GI-Gerco e fortalecer o Projeto Orla e, que trabalha em um projeto para difundir e trazer o MPF para o gerenciamento costeiro.

Parabenizou a riqueza das discussões nas reuniões do GI-Gerco e agradeceu a oportunidade do MPF exercer sua função no Fórum.

Palavra do Representante do Comandante da Marinha

Vice Almirante PAULO MAURICIO FARIAS ALVES, Comandante do 7º Distrito Naval – MB

Registrou sua posição no âmbito da Marinha do Brasil (MB) e informou estar representando o Almirante de Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO.

Assinalou que é importante para a MB estar sempre nesses fóruns para além do fato de que a MB, na perspectiva do mar, representa a sociedade brasileira e a garantia no mar dos interesses do Estado Brasileiro.

Destacou, o já divulgado, que a MB está implementando o conceito Amazônia Azul, ou seja, sob a percepção de que a Sociedade Brasileira e o mundo conhece a importância da Amazônia Verde a Marinha trabalha para que os interesses cada vez maiores no mar, sejam reconhecidos pela sociedade e, que a Marinha tem que estar presente para garantir isso. Destacou a importância de estar no fórum e assinalou que a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) tem um grupo extenso que acompanha os assuntos de gerenciamento costeiro.

Finalizou com um muito obrigado, desejando que tenhamos uma boa jornada.

Palavra do Representante da Senhora Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente

Senhor NEY MARANHÃO, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Cumprimentou a todos, saudou a mesa na pessoa do Vice Almirante PAULO MAURICIO e da Procuradora Regional GISELE PORTO e registrou agradecimentos ao apoio do Instituto ICMBio, ao evento.

Informou que está ocorrendo a divulgação no Rio de Janeiro do relatório do IPCC onde a presença da Ministra é premente, pois participa de um debate sobre este assunto no Rio de Janeiro e, em decorrência está representando a Ministra aqui na sessão comemorativa do GI-Gerco.

Reconheceu publicamente o empenho do Departamento de Zoneamento Territorial, liderado pelo Senhor ADALBERTO, e a equipe do Gerenciamento Costeiro, que tem a responsabilidade de implementar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e que criou a Jornada, para celebrar a quinquagésima reunião do GI-Gerco, criado em 1996.

Destacou que haverá um conjunto de palestras da maior qualidade preparadas por pessoas que militam na zona costeira formada por 17 estados, dentre os quais 14 estão aqui representados, além de membros da academia e da sociedade civil para se fazer esse esforço de diálogo e de construção coletiva.

Sobre as dificuldades e aos altos/baixos do PNGC nestes 25 anos apontadas, assinalou que o país, como um continente não é simples de se planejar de forma integrada e em uma analogia com uma locomotiva, assinalou - são “diferentes vagões em nosso comboio com diferentes velocidades” - e ressaltou que é um exercício extremamente complexo que se faz, de diálogo de conhecimento, de conciliação de interesses, de ritmos e de tempos.

Informou que 85% da população está vivendo em cidades e que 82% está vivendo na Zona Costeira que ocupa 1,2% do território nacional. Assinalou que na perspectiva do planejamento a Região Urbana Costeira e a Região Marinha é o local onde incidem diferentes

planejamentos e um desses, o planejamento urbano, vai passar por grandes transformações nos próximos anos a medida que aumentará a população urbana. Apontou que há que se fazer essa integração de planejamentos na perspectiva das vertentes:

- da construção e aumento do corpo de conhecimentos que é um processo permanente, progressivo e continuado;
- da disseminação desse conhecimento pela população;
- da elaboração de leis e regulamentos;
- de recursos humanos e financeiros para poder desenvolver essa integração.

Por último apontou que precisa-se desenvolver um sistema de gestão integrada que possa responder em tempo real aos desafios que enfrentar-se-á no futuro.

Destacou que acredita que essa reunião de hoje é mais um degrau que se escala na construção desse corpo de Conhecimento comum e na ampliação da Confiança entre todos.

Ressaltou que o mar corre grandes riscos ao se continuar dessa maneira, um pouco inconsequente, de se lidar com o ambiente marinho terrestre.

Saudou a todos e afirmou ter certeza de que as palestras serão de grande utilidade e que está dando se um passo a frente, nesse processo.

3. PALESTRAS SOBRE GERENCIAMENTO COSTEIRO

3.1. Ciência e Gestão Costeira: Um diálogo entre geração e aplicação do conhecimento - Professor ALEXANDER TURRA

O Professor ALEXANDER (COMUNIDADE CIENTÍFICA) informou que, a pedido da equipe da Gerência Costeira (MMA/DZT), por problemas de saúde do professor ANTONIO CARLOS, registrou em vídeo o depoimento do professor.

Informou que o Professor vivenciou o processo de mudanças nesses 25 anos do Gerenciamento Costeiro e que teve um protagonismo nas mudanças que ocorreram e, de que forma o conhecimento da Academia contribuiu com pontos importantes considerados no planejamento costeiro.

DEPOIMENTO SOBRE O PNGC-II DO PROFESSOR ANTONIO CARLOS ROBERT DE MORAES (Professor Tônico)

Sumário do video-depoimento elaborado pelo redator do relatório do evento. Premissas consideradas na elaboração do texto do depoimento. Os conteúdos do depoimento foram agrupados por "tema" e o texto não segue a sequência do depoimento.

O professor ANTONIO CARLOS ROBERT DE MORAES fez parte da equipe que elaborou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC-II), aprovado pela resolução CIRM nº 5 de 3 de dezembro de 1997, que foi o plano que cumpriu entre seus objetivos, a descentralização da gestão costeira, a articulação da gestão costeira em várias escalas, a criação de um espaço para discussões e pactuações, o fórum GI-Gerco, e o estabelecimento do recorte da Zona costeira considerando se entre outros critérios, a divisão política administrativa dos municípios e os princípios ambientais, a construção de uma Agenda Ambiental portuária e se estabeleceu as bases para o detalhamento do Projeto Orla.

Informou que participou da elaboração do Atlas do Macrodiagnóstico, publicado em 1996, coordenado pela Professora BERTA BECKER e destacou que nesse período trouxeram um

pessoal da Unicamp para fazer estudos de economia na área ambiental, segundo assinalou, um fato inédito.

O professor ANTONIO CARLOS assinalou que o PNGCII foi construído a partir da crítica do PNGC-I que propunha que a costa fosse dividida em quadriculas, que seguiam o atlas mundial, e que não tinha nenhum vetor social e foi elaborado sem uma concepção política.

Destacou a descentralização da gestão, no PNGC-II, quando os Estados passaram a ter liberdade de formulação do seu Plano de Gerenciamento Costeiro, pois no PNGC-I elaborava-se os planos Estaduais para sua costa em uma metodologia unificada, construída por Brasília, e que não considerava as diferentes realidade nos litorais. Destacou que no processo de discussão e construção do PNGC-II os Encontros do Gerenciamento Costeiro (Ecogerco) tornou se um espaço de discussões, contatos, articulações e troca de experiências.

Assinalou que na construção do PNGC-II o Gerco ao mesmo tempo que se estruturava trouxe práticas de Planejamento Participativo e que a atividade política articulava as várias instâncias.

O professor ANTONIO CARLOS informou que nas discussões no Grupo levaram a decisão de se “Fazer Metodologias” e realizar Estudos que interessavam a todos, e que, entre outros, nessa época convidaram o pessoal da Unicamp para fazer estudos, sobre os males e benefícios do uso dos recursos da Zona Costeira (ZC) e apontou um fato inédito, Economistas fazendo estudos na área ambiental. Destacou que foi com o PNGC-II que a dimensão econômica e política foram inseridas nas discussões.

Apontou que na perspectiva de se realizar estudos foi executado o Levantamento da Legislação Brasileira incidentes sobre a ZC (Professora YARA GOUVEIA), o estudo do impacto das grandes obras na zona costeira, a dinâmica da população na ZC e um levantamento de biodiversidade na ZC.

Apontou que a atividade política articulava uma instância com outras instâncias e que a consideração dos limites municipais, foi necessária dada a operacionalidade das articulações inerentes ao processo de gestão.

Foi no processo de elaboração do PNGC-II que foi instituído o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco), para articular as ações na ZC.

Assinalou que no período de construção do PNGC-II, no processo de se definir a faixa terrestre, foi estabelecido o critério de consideração dos limites municipais, dada a operacionalidade das articulações necessárias ao processo de gestão e que nessa época trabalhando com municípios, os projetos na praia não se encaixavam. Assinalou que se criou uma nova figura que é um trecho do espaço da Zona Costeira, a zona de contato mar/terra, a orla.

Sobre a discussão dos limites da zona costeira informou que o Professor DIETER (UFRJ) fez um estudo para dizer até onde vai a praia (na terra e no mar), considerando a vegetação, as ondas, etc e acrescentou que o espaço do Gerco é o município e o mar territorial e o do Projeto Orla é a praia. Informou que para a questão “que feições litorâneas podem caracterizar a praia” fizemos o convênio com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para fazer este projeto.

Assinalou que nas discussões com os municípios, e especificamente em uma reunião com o prefeito de Ilha Bela, emergiu a questão de que se precisava de uma outra escala no processo

de gestão. Informou que no Encogerco, que se reunia de dois em dois anos, se levantou essa discussão forte. Do ponto de vista de escalas, o PNGC olha o território na escala 1:50.000 e o Orla é um detalhamento da beira-mar em escala 1:10.000. Informou que trabalharam a mudança de escalas para tratar as questões da gestão costeira.

O Professor ALEXANDER (COMUNIDADE CIENTÍFICA) destacou que o depoimento, rico na abrangência e no detalhe, traz a visão do professor Tonico que podemos usar para refletir.

Destacou que na fala do Professor ele aponta a integração entre a ciência e a gestão e, os diferentes setores, que é o papel do GI-Gerco que é o espaço de articulação, concertação e pactuação.

A mensagem sintética é “Precisamos valorizar este espaço, as discussões a CIRM”.

3.2. Programa de apoio a projetos de conservação da natureza da Fundação Grupo Boticário para Proteção à Natureza – Conselheiro Ariel Sheffer da Silva.

A apresentação do Senhor ARIEL (FGB), está disponível para consulta e *download* no endereço:

http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas - GI-Gerco/50a_Apresentacao_Ariel-Fundacao-Grupo-Boticario.pdf

Súmula da apresentação elaborada pelo redator da ata

A Fundação Grupo Boticário nasceu em 1990 como uma instituição ligada à iniciativas privadas voltadas à conservação da natureza no Brasil, articulando parcerias com a academia em todo o Brasil buscando potencializar a execução de políticas públicas apoiando o estado com tecnologias mais adequadas.

Atua aportando conhecimento científico estruturante para políticas, com intervenção efetiva, principalmente em espécies icônicas e, incentivos financeiros que podem potencializar o gerenciamento costeiro.

O Senhor. ARIEL (FGB) assinalou que na perspectiva da ciência aplicada inspirada no referencial do quadrante Pasteur, estabeleceu-se diretrizes e linhas de ações que focam os problemas da sociedade, onde o retorno seja efetivo e, que por meio do suporte a projetos busca-se apoiar ações práticas para a conservação de espécies e ecossistemas; viabilizar ações de implementação de políticas públicas eficazes para a proteção da biodiversidade e disseminar o conhecimento científico gerado.

Informou que no ambiente costeiro os investimentos iniciou-se com o Almirante Ibsen Gusmão Câmara fazendo parte do Conselho e trazendo para o Coletivo pesquisadores do ambiente marinho.

Assinalou que as linhas temáticas estabelecidas no transcorrer do tempo cobrem Unidades de Conservação de Proteção Integral (continentais e marinhas) e RPPNs; Espécies Ameaçadas; Ambientes Marinhos e são operacionalizadas por meio de estudos, ações e ferramentas para proteção e redução da pressão sobre a biodiversidade marinha e uma linha exclusiva para apoiar programas para instrumentalizar Políticas Públicas.

Destacou que entre as iniciativas apoiadas no âmbito de programas e projetos a montagem de um Observatório Costeiro (OC) foi uma iniciativa estratégica. Assinalou que o Observatório é uma instância participativa, não oficial, que agrega 44 pesquisadores que aportam

conhecimento, trabalham a gestão da informação para o litoral do Paraná e levantam problemas que são discutidos junto ao MPE/F e geram pareceres técnicos para encaminhamentos das demandas.

Destacou que outra iniciativa estratégica foi a construção de uma parceria com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para apoiar projetos na região do Lagamar a partir do programa BIOCLIMA Paraná. Informou que a iniciativa busca apoiar projetos de Monitoramento de habitats e espécies da região do Lagamar, considerando variáveis climáticas e a construção de Cenários Climáticos futuros e seus impactos sobre a biota, sendo o processo seletivo de projetos, o acompanhamento e o monitoramento técnico, realizado pelas duas instituições que representam as Fundações no processo.

Assinalou que em outra vertente e, na perspectiva de resultados, trabalha-se na articulação e apoio de grupos qualificados para discussões de licenciamentos de empreendimentos portuários, petrolíferos e de infraestrutura de transportes no litoral Paranaense e em articulações para o desenvolvimento de um sistema “Mega Dados Ambientais”.

O Senhor ADALBERTO (MMA) na perspectiva de iluminar a questão solicitou esclarecer as informações veiculadas sobre um acordo entre o MP e a Petrobras a título de compensação ambiental e assinalou que sabe-se que há dificuldades da aplicação dos recursos e que isso não está acontecendo por dificuldades burocráticas ou políticas no cenário.

O Senhor ARIEL (FGB) informou que valores pecuniários relacionados a acidentes na costa do Paraná estavam tendo uma destinação inadequada, foi praticamente um leilão de projetos e que os projetos aceitos não contemplavam a área ambiental. Assinalou que em decorrência de um TAC valores pecuniários estão sob bloqueio do MPE-PR e que ainda há a preocupação de como esses valores poderão ser aplicados para potencializarem as ações em curso e, a propósito, destacou que há que se considerar, dentre outros, que o ICMBio não tem local e o Parque Nacional do Superaqui precisa de aparelhamento, etc.

O Senhor SERGIO ANIBAL (UFRJ??) defendeu que o Instituto Oceanográfico da USP tem que ocupar um espaço maior no gerenciamento costeiro e oceânico e sugeriu que institucionalmente crie uma estrutura que seja a base para agregação de toda a oceanografia física, química e biológica que desse suporte ao setor, na parte científica.

O Sr ALEXANDER (COMUNIDADE CIENTÍFICA) assinalou que a aproximação com o gerenciamento costeiro vem ocorrendo em vários núcleos de ciências do mar e que há uma tendência de se fortalecer os núcleos não só em pesquisa&extensão, mas também em pesquisa aplicada. Entende que seria importante se o Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) tivesse um grupo com foco no gerenciamento costeiro e apontou que há alguns amadurecimentos pontuais buscando articulação junto ao Comitê Executivo para a Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar (PPG-Mar).

O Senhor PAULO OTAVIANO (??) levantou a questão da municipalização do gerenciamento costeiro e assinalou que os processos de uso e ocupação do espaço que se materializam no nível local são decorrentes de decisões tomadas em outras esferas.

Apontou que está vivenciando-se uma transformação brusca do litoral por conta do pré-sal e que o gerenciamento costeiro não está acompanhando. Foi assinalado que os municípios já teriam os instrumentos e que o Projeto Orla e o Plano Diretor dariam conta. Ressaltou que na

sua visão acha que vai além e argumentou que vários objetivos e metas não são tratados nesses instrumentos como por exemplo a questão da pesca, da qualidade do ar, da sustentabilidade na exploração dos recursos naturais, entre outros tenses.

O Senhor ALEXANDER (COMUNIDADE CIENTIFICA) assinalou que o problema no nível municipal é a falta de pessoas, a capacitação e o próprio licenciamento em nível municipal. Sugeriu que uma proposta seria fortalecer o pacto federativo e o controle social para que o processo seja alimentado de baixo pra cima e assinalou que o poder público busca dinamizar os processos de gestão estabelecendo mecanismos para uma gestão compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios a exemplo do estabelecido pela Lei Complementar LC 140 de 2011.

Destacou problemas relativos as sobreposições de políticas públicas relacionadas a Unidades de Conservação e que eventuais discussões integradas na esfera municipal são atropeladas por políticas setoriais.

O Senhor VOIVODIC (ABEMA) a propósito da questão da integração das políticas setoriais, postulou que a gestão costeira tem que ser o Motor de uma reavaliação e de um novo protocolo de atuação integrada, que contemple o entendimento das dinâmicas de desenvolvimento do país, que seja traduzido em marcos regulatórios, e que trate da articulação dessas políticas com o PNGC. Isto posto, indagou – como é que os estados vão responder aos anseios nacionais com relação as políticas setoriais?

Assinalou que não se pode deixar de discutir o setor portuário, o setor mineral, as estruturas em terra – de apoio aos setores – e apontou que não se deve perder o foco dessa questão estratégica que está dominando o cenário e que é a angústia de todo o gerenciamento costeiro nos estados.

A Senhora MARIANA EGLER (MMA) inquireu sobre o papel que o Observatório Costeiro está assumindo no âmbito do gerenciamento costeiro e indagou como foi a construção do Observatório.

O Senhor ARIEL (FGB) assinalou que, entre outras questões, a busca por resultados práticos e a articulação de esforços para dar concretude as ações, motivou a estruturação de um observatório. Informou que criou-se uma nova ONG, o Observatório Costeiro (OC), e decidiu-se não ter CNPJ. Destacou que o OC é formado por pessoas que aportam conhecimentos, compartilham visibilidade e imagem pessoal na articulação com os setores e, dispõe de um banco de voluntários que atuam com base em um termo de conduta, para evitar conflitos de interesses, sendo apoiado por um núcleo (custeado pela FGB) para secretariar o Observatório Costeiro.

O Senhor REINALDO (SPU/MP) assinalou dificuldades na operacionalização do Projeto Orla e apontou a necessidade dos membros do GI-Gerco praticarem o apoio ao projeto e destacou que a não efetividade do Projeto Orla no estado do Paraná é porque o estado por meio dos seus municípios não aderiu ao Projeto Orla.

O Senhor ARIEL (FGB) assinalou que o foco do apoio financeiro está bem traçado e que se um projeto mostrar efetividade, ele pode ser apoiado.

A Senhora VERONICA (Gerco/RN) levantou a questão do sombreamento de competências, e destacou a necessidade do ordenamento pesqueira e assinalou que não se faz estatística

pesqueira.

3.3. Inteligência Territorial e o Gerenciamento Costeiro (Professor Dr. Cláudio Egler – UFRJ)

A apresentação do Professor EGLER, está disponível para consulta e *download* no endereço:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas - GI-Gerco/50a Inteligencia-territorial-e-gerenciamento-EGLER.pdf>

Súmula da apresentação elaborado pelo redator

Considerando-se como participante da história do Gerenciamento Costeiro, estando já em 1992/93 presente quando ministrou treinamento no nordeste e na elaboração em 1995 da publicação “Os Impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira”, o professor EGLER discorreu sobre o Laboratório de Gestão do Território (LAGET) que ajudou a estruturar junto com a professora BERTA BECKER, sua orientadora.

O Professor EGLER assinalou que no LAGET envolveu-se com dois aspectos no âmbito da Gestão da Zona Costeira, um foi o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e destacou que a metodologia do ZEE aplicada na Amazônia foi formulada lá e o outro foi no Gerenciamento Costeiro e Marinho.

Destacou que o LAGET tem uma história com cruzamentos importantes com o Gerenciamento Costeiro e que os principais produtos construídos foram; o Cromodiagnóstico (I) elaborado na década de 90 e publicado em 1996 e o Macrodidiagnóstico (II) elaborado na década de 2000 e publicado em 2008.

Assinalou que por meio da UFRJ participou do Estudo “Impactos sobre as Mudanças Climáticas para a Megacidade do Rio de Janeiro” no âmbito do Projeto “Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas”; que estudou os impactos da elevação do nível do mar na metrópole do RJ e que participou dos indicadores elaborados, a partir de projeções demográficas construídas, pois não estava disponível o censo 2010 do IBGE, da Avaliação Ambiental Estratégica do COMPERJ (2007/2008) junto a Petrobras.

Informou que por conjuntura pessoal criou a Geoeconômica, uma pequena empresa de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências humanas e sociais e que trabalha o tema da Inteligência Territorial.

Nas considerações sobre a Inteligência Territorial como ferramenta de apoio ao desenvolvimento sustentável assinalou que para a elaboração do primeiro Macrodidiagnóstico houve um trabalho de digitalização da base cartográfica a partir das cartas disponíveis em escala milionésima e assinalou que todo este trabalho faz parte do processo de construção da Inteligência Territorial no Brasil.

Destacou as diferenças entre os conceitos de Organização do território – entendida como um processo social de longa duração em que a sociedade interage permanentemente com o meio natural; o Ordenamento do território – entendido como o conjunto de normas que regula o seu uso e apropriação, no sentido de garantir a função social da propriedade e a preservação do patrimônio natural e cultural e a Gestão territorial – entendida como a aplicação da metodologia técnico-científica na avaliação ambiental dos planos, programas e projetos e na promoção dos meios institucionais para o desenvolvimento sustentável.

Tendo por pressuposto que a Inteligência Territorial tem como uma das metas promover a

governança territorial, postulou que ela tem que ser exercida nas mais diferentes escalas e assinalou que embora as principais metrópoles estejam na Zona Costeira, a escala metropolitana tem sido muito negligenciada no Brasil pois a maioria dessas regiões não tem uma estrutura metropolitana de gestão. Apontou que o grande recorte nas regiões costeiras é a região metropolitana a despeito das dificuldades para a construção de uma governança metropolitana.

Assinalou que a gestão implica em um processo científico de conhecimento das dinâmicas – seja natural, social ou econômica - e que se transforma em uma grande negociação no chamado Custos de Transação. No âmbito da gestão uma das ferramentas que apoiou a metodologia de construção do Macromodiagnóstico I&II foi fundamentada na ideia de gestão de riscos, apresentando as análises de riscos natural, social e tecnológico destacando que o Macromodiagnóstico apresentou resultados sobre o engajamento dos municípios no Projeto Orla, a sua construção contribuiu para a regulamentação da Lei 7661 em 2004 e apontou as fragilidades nas regiões das águas estuárias sujeitas as pressões antrópicas.

Informou que tem participado de discussões sobre o pré-sal e que quando se trata de entender petróleo e gás, na perspectiva do pré-sal, precisa se ter a visão de que a dependência do suporte da costa, dos retroportos, aumentarão e que os impactos também. Assinalou que precisa-se construir uma visão prospectiva para se entender isso e destacou que não se deve considerar somente o espaço nas 12 milhas e os municípios envolvidos no processo.

Apontou que a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que analisa de forma integrada os impactos de Políticas, Planos e Projetos, destaca-se por ser realizada "ex ante" possibilitando, não somente mitigar impactos, como na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), mas antecipar os problemas, ser pró-ativo e subsidiar a tomada de decisão.

Informou que pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) trabalhou na avaliação dos impactos do PAC usando a ferramenta Avaliação de Sustentabilidade (AS) em uma tentativa de trazer a perspectiva da sustentabilidade para dentro do PAC. Assinalou que a AS é setorial e que para ampliar a avaliação a Europa trabalha na perspectiva territorial, usando a Prospectiva Territorial que se constitui em uma metodologia que objetiva construir, com participação social, visões de futuro sobre o território.

Destacou a importância de se dispor de um Sistema de **Inteligência** Territorial para Gestão Costeira que reforça a dimensão territorial e que integre vários aspectos da questão social, criando ambientes de colaboração que fortaleçam o sentimento de pertencimento ativo, em contraposição a coerção. Assinalou que o Sistema de Inteligência Territorial deve ser estruturado como uma multi-base de dados, que informe os processos para atender a perspectiva do gestor, orientar as decisões do setor empreendedor, e que disponibilize uma visão integrada de todas as bases na perspectiva do cidadão e destacou a disponibilidades e facilidades, atualmente, de se usar geotecnologias.

3.4. Gerenciamento Costeiro: Avanços e Desafios na construção de uma Política Pública para a Zona Costeira (Senhor Martinus Filet – Agência Costeira) OSCIP

A apresentação do Senhor MARTINUS, está disponível para consulta e *download* no endereço:

http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas%20-%20GI-Gerco/50a%20Avancos-e-desafios-para-a-Zona-Costeira_MARTINUS.pdf

Sumário elaborado pelo redator da ata

A palestra apresenta fatos históricos do gerenciamento costeiro e discorre sobre o “Programa Paulista de Gerenciamento Costeiro e a Construção do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC” Trazendo a questão do canal do Valo Grande, no litoral sul de São Paulo, identificando desequilíbrios causados na região por conta da obra, que desviou grande parte do fluxo do rio Ribeira de Iguape para o Mar Pequeno, entre Iguape e Ilha e que causou alterações ambientais progressivas que se agravaram no passado recente.

Alguns pontos da palestra do Senhor MARTINUS:

- Discorreu sobre o conflito ambiental de grande porte na região de Cananeia, Litoral Norte de São Paulo, decorrentes da Barragem do Valo Grande (1852/1978/1995) e que no último conflito levou-se o problema a CIRM, para mediar o conflito;
- Destacou pontos na criação da APA da Ilha Comprida depois da publicação da lei 7661 de 16 de maio de 1988 e o uso de cartas geotécnicas nos estudos;
- Assinalou que a estruturação do Gerenciamento da região da Ilha Comprida e Cananeia apoiou-se no decreto da Mata Atlântica;
- Informou que como representante da ABEMA, trabalhou na redação do PNGCII;
- Destacou que a PNRM e a PNMA foram a base para o PNGC-II e entende que o “PNGC III” é o decreto federal 5300/2004;
- Sobre o ZEE costeiro, que considera, o principal instrumento do PNGC apontou:
 - por ser prioritariamente uma legislação de ordenamento e gestão territorial, a implementação do ZEE ainda está muito abaixo da expectativa;
 - por ter foco na gestão territorial, implica na necessidade de integração com as demais políticas públicas incidentes no território costeiro, como a de Recursos Hídricos e a das Mudanças Climáticas.
- Apontou que a pouca efetividade na gestão é decorrente da falta de metas e de seu acompanhamento por um sistema de monitoramento costeiro eficiente com emissão periódica de Relatórios de Qualidade Ambiental (RQA).

4. ENCERRAMENTO